

Notícias do dia 04 de fevereiro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 8

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 1ª EDIÇÃO TCE - GO	
Concursos públicos abertos no estado de Goiás	3
TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS TCE - GO	
Concursos 2024	4
RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA TCE - GO	
Mais de 50 mil crianças esperam por vaga em creches ou pré-escolas em Goiás	5
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
TCE-GO vai sortear o relator das Contas do Governo de 2024	7
SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
50 mil crianças goianas aguardam vaga em creches e na pré-escola	8
O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA TCE - GO	
Alego revogará lei que eleva rigor no controle sobre TCE	10
ARENA DE NOTÍCIAS - GO - GERAL RELEASES TCES	
Em parceria com o Bird, Governo do Estado capacita técnicos responsáveis por projetos do Progestão Piauí	12
ASSOCIAÇÃO GOIANA DE MUNICÍPIOS - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Abertas inscrições para o 1º Fórum de Compras Públicas	14
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN - NOTÍCIAS TCE - GO	
Ouidoria Day: TCE celebra Dia do Ouvidor com evento sobre controle social e transparência	15

Concursos públicos abertos no estado de Goiás

TAGS: CONCURSOS PÚBLICOS, ESTUDANTES,
POLÍCIA PENAL DE **GOIÁS**, OPORTUNIDADES,
TCE-GO, CONCURSOS FÉDERAIS, PREFEITURAS,
CÁRLOS HENRIQUE, ESPECIALISTA EM
CONCURSO PÚBLICO, MPGO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2024/03/04/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-12.19.02-12.23.14-

1709567582.mp4

Concursos 2024

TAGS: TCE GOIÁS, MPGO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2024/03/04/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-07.42.30-07.47.05-

1709549808.mp4

Mais de 50 mil crianças esperam por vaga em creches ou pré-escolas em Goiás

TAGS: GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE **GOIÁS**, TCM, **TCE-GO**, FILA DE ESPERA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PREFEITURA DE **GOIÂNIA**, DPE-GO +++
Transcrição +++ Mais de 50 mil crianças esperam por uma vaga em creche ou pré-escola aqui em **Goiás**. Isso é o que aponta um levantamento feito pelo gabinete de articulação para a efetividade da política da educação. Mas da metade dos municípios goianos possui crianças em fila de espera por uma vaga em creche e 9% aguardam pela matrícula na pré-escola. O levantamento foi feito pelo gabinete de articulação para a efetividade da política da educação de **Goiás** que reúne órgãos como os tribunais de contas dos municípios e do Estado, entre outras entidades. Ao todo são mais de 51 mil crianças fora da escola. Em **Goiânia**, Secretaria Municipal de Educação afirmou no início do ano que o déficit de vagas atingiu 9 mil crianças. O mutirão foi feito no último mês pela Defensoria Pública Estadual para tentar solucionar o problema. O **Conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios Fabrício Mota aponta que a pesquisa leva em consideração apenas os casos em que os responsáveis buscam por uma vaga, afirma ainda que vários outros fatores contribuem para este cenário. O próprio levantamento também, um indicativo, é que muitos dos municípios não têm um plano de expansão, quer dizer, um plano para as vagas que naturalmente vão crescer, não para as vagas, para o déficit que vai crescer, nascem novas crianças, pessoas mudam, migram, então muitos dos municípios formaram que não elaboram um plano de expansão. E nós estamos falando de uma demanda que necessita desse planejamento, nós temos um ciclo orçamentário, preciso colocar recurso no orçamento desse ano, por exemplo, para que ele possa ser utilizado no ano que vem. O estudo também revelou que 52% dos municípios faziam controle da quantidade de crianças na espera através de uma lista manual e apenas 10% um sistema organizado com critérios de prioridade. Outro desafio são as obras. Segundo o sistema integrado de monitoramento, execução e controle do Ministério da Educação, em 2023 **Goiás** tinha 67 obras pactuadas por municípios com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação paralisadas. O **conselheiro** Fabrício Mota afirma que as unidades em construção ainda não são suficientes para atender a demanda. 10 e 19 temos um intervalo.

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2024/03/04/RDIOCBNGOINIA
971FMGOINIAGO-10.16.50-10.20.07-1709558951.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2024/03/04/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-10.16.50-10.20.07-1709558951.mp3)**

TCE-GO vai sortear o relator das Contas do Governo de 2024

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** define, nesta quarta-feira (6/mar), às 15h, o **conselheiro** que vai propor parecer prévio sobre as Contas do Governo de 2024. O sorteio permite que o escolhido possa acompanhar a execução orçamentária e financeira ao longo do ano fiscal.

As contas deste ano somente serão recebidas pelo **TCE-GO** no primeiro semestre de 2025, mas o **Regimento Interno** do Tribunal prevê a escolha antecipada do relator. Isso para que o órgão possa verificar, por exemplo, o cumprimento dos índices mínimos de aplicação definidos pela Constituição para setores como saúde e educação, simultaneamente com sua execução.

As contas de 2023, a serem apreciadas este ano, serão apresentadas pelo governo ao **TCE-GO** em até 60 dias após a abertura dos trabalhos legislativos, ou seja, até 15 de abril deste ano. O relator das contas do ano passado é o **Conselheiro Helder Valin**.

Texto: Alexandre Alfaix (Dicom/**TCE-GO**)

Atendimento à imprensa

Diretoria de Comunicação

Tel: (62) 3228-2697 / 3228-2699

E-mail: imprensa@**tce.go.gov.br**

Atendimento ao cidadão

Ouvidoria

Tel: (62) 3228-2814 / 3228-2894

E-mail: ouvidoria@**tce.go.gov.br**

Site: <https://portal.tce.go.gov.br/-/tce-go-vai-sortear-o-relator-das-contas-do-governo-de-2024>

50 mil crianças goianas aguardam vaga em creches e na pré-escola

Em levantamento divulgado nesta semana pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de **Goiás (Gaepe-GO)** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** cerca de 50 mil crianças de até 5 anos aguardam uma vaga em creche ou matrícula na pré-escola das redes municipais.

Mais da metade dos municípios goianos (52%) possuem crianças em fila de espera por uma vaga em creche e 9% aguardam pela matrícula na pré-escola. O levantamento foi feito pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de **Goiás (Gaepe-GO)**. Ao todo, são 43.829 bebês de 0 a 3 anos e 7.708 crianças de 4 e 5 anos fora da escola.

Leia Mais | No Brasil, 425 mil crianças não frequentam a pré-escola

Leia Mais | Alckmin sanciona lei para divulgação da fila de espera em escolas e creches

O estudo também revelou que 87% das vagas disponíveis em creches no estado são ofertadas pela administração municipal. O restante é ofertado pela rede privada (10%) e filantrópica (3%). Estima-se que pelo menos 15 mil novas vagas serão ofertadas até o fim de 2026, alcançando o total de 110 mil vagas disponíveis anualmente.

FALTA DE PLANEJAMENTO

Embora a falta de vagas em creches e na pré-escola seja uma obrigação do estado e a divulgação da lista de espera seja determinado pela Lei 14.685/2023, a falta de planejamento das redes municipais é o principal motivo de anualmente no início do ano letivo este tema tomar conta dos noticiários.

Mais da metade dos municípios (56%) afirmam não possuir critérios para organização da fila de espera. Apenas 11% das cidades utilizam sistemas digitais para gestão e monitoramento da fila. Mais da metade ainda usa planilhas manuais e um terço não possuem qualquer tipo de controle.

Os dirigentes municipais justificam a falta de planejamento e os desafios para ampliação da oferta de vagas devido à falta de equipe qualificada para executar o planejamento e/ou no levantamento de

informações para a tomada de decisões estratégicas. 61% dos municípios não têm planejamento de expansão do atendimento.

Segundo Alessandra Gotti, presidente executiva do Instituto Articule, o número de municípios com fila de espera é alto e precisa ser equacionado. "A pré-escola é obrigatória desde 2016 e é urgente incluir essas crianças. O **Gaepe-GO** está dialogando para apoiar os municípios nessa questão", afirma.

EQUIPE QUALIFICADA

A falta de profissionais e a qualificação dos mesmos não parece ser um problema grave. 11% dos municípios reconhecem que o atendimento em creches não é realizado por professores.

No entanto, o projeto de Lei que está em votação na Câmara dos Deputados propõe a expansão do horário de atendimento das creches para facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Essa proposta pode facilitar o acesso, no entanto deve impactar ainda mais uma estrutura que frágil desde a sua origem (planejamento).

[COP À COP]

- PROFESSOR DE QUALIDADE. Com um conjunto de 18 licenciaturas de oferta regular na graduação, a UFMG está articulando o desenvolvimento de uma rede mineira de formação de professores para a educação básica, que conta com a participação de 19 instituições públicas de ensino superior sediadas em Minas Gerais. As diretrizes do projeto, surgido após convite da reitora Sandra Regina Goulart Almeida ao professor António Nóvoa, da Universidade de Lisboa, especialista reconhecido mundialmente por suas contribuições para a formação de professores, foram discutidas, na semana passada, em três encontros de diferentes atores envolvidos com a educação básica brasileira com o educador português.

- TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. O Brasil tem potencial técnico para produzir 1,8 bilhão de toneladas de hidrogênio por ano. Como, quando e o que fazer para atingir essa produção, aumentar a competitividade nacional, colaborar com a transição energética e com a consequente redução da emissão de gases de efeito estufa, foram questionamentos dos senadores da CI

(Comissões de Serviços de Infraestrutura) e Meio Ambiente, que se reuniram na última semana em audiência pública conjunta.

- LEI MARIA DA PENHA. No Pará, 74% das paraenses dizem não conhecer bem a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), conforme aponta a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher, realizada pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV) e o Instituto DataSenado, ambos do Senado Federal. Essa Lei criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. O cenário se agrava com o fato de que, no Pará, casos de violência doméstica aumentaram 8,1% de 2022 para 2023, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (Segup).

- ODS NO PE. Pernambuco vai sediar o próximo evento Conexão ODS realizado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil. O estado demonstrou interesse em sediar o evento durante a 28ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), em Dubai, no ano passado. Nesta quinta-feira (29), representantes do Pacto Global da ONU dialogaram com a governadora Raquel Lyra sobre o evento. O Conexão ODS realiza debates sobre ações sustentáveis em uma agenda para avançar no desenvolvimento econômico sustentável, governança nas empresas e redução das desigualdades sociais.

Site: <https://sagresonline.com.br/50-mil-criancas-goianas-aguardam-vaga-em-creches-e-na-pre-escola/>

Alego revogará lei que eleva rigor no controle sobre TCE

Bruno Peixoto (UB), presidente da **Alego**: incentivada pelo governo, lei foi criada em meio à insatisfação com decisão do **TCE** (Wildes Barbosa)

A Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** revogará nesta semana a lei que estabeleceu o julgamento das contas do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** por parte dos deputados, mas pedirá mais prazo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para construir novo texto sobre o tema. Os 30 dias estabelecidos pelo ministro do Supremo André Mendonça se esgotam nesta quinta-feira (7) e até a noite desta segunda (4) ainda não havia consenso sobre a redação.

Os presidentes da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), e do **TCE-GO**, **Saulo Mesquita**, se reuniram na tarde de segunda, quando houve o acerto sobre a resposta ao STF, segundo informação do deputado. O projeto de lei com a revogação da norma anterior deve ser apresentado nesta terça-feira na **Alego** pelo deputado Lincoln Tejota (UB), filho do **conselheiro** do **TCE-GO** e ex-deputado estadual **Sebastião Tejota**.

Mendonça havia estabelecido prazo de um mês para que os órgãos envolvidos na disputa judicial buscassem uma conciliação na ação direta de constitucionalidade (ADI nº 7581) protocolada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) contra a lei goiana criada em dezembro.

A norma foi criada especialmente por motivação política, incentivada pelo governo estadual em meio à insatisfação com a decisão do **TCE-GO** que anulou os chamamentos públicos para gestão de hospitais públicos. Conforme mostrou O POPULAR, na semana passada o tribunal reviu a decisão, em pedido de reexame protocolado pelo Estado, e passou a permitir a participação de organizações da sociedade civil (OSCs) nas seleções para cuidar das unidades de saúde.

Apesar do acerto entre governo e **TCE-GO** no caso dos chamamentos, segue o impasse sobre os termos da lei. O principal ponto de discordância no novo texto é o "julgamento" das contas do tribunal.

A tramitação do processo no Supremo está suspensa e, caso não haja acordo, o ministro terá de julgar o mérito da ADI. Desde o dia 6 de fevereiro, quando

houve a audiência de conciliação, representantes da **Alego** e do **TCE-GO** têm se reunido para buscar um acordo sobre o novo projeto de lei.

Segundo Bruno Peixoto, há concordância sobre cerca de dois terços dos artigos de nova proposta de lei. "Sobre o restante de um terço, precisamos de mais tempo para chegar a um consenso, mas estamos perto disso", afirmou o presidente, acrescentando que não há interesse das partes no julgamento por parte do Supremo por conta da incerteza sobre o que virá. "Se deixar para julgar lá, ninguém sabe qual será a conclusão, e ninguém quer isso. Melhor combinar uma saída. E será um texto balizador para todo o Brasil", diz.

A Atricon apresentou minuta com proposta de redação, que foi rejeitada pelos deputados e pelo governo estadual. Já o Legislativo finalizou uma outra minuta na semana passada, mas a Atricon segue resistindo ao julgamento das contas. Bruno Peixoto admite a possibilidade de usar um termo mais ameno, como "homologação" de parecer sobre as contas do tribunal na busca por consenso.

O deputado Talles Barreto (UB), autor da lei original e agora líder do Governo na **Alego**, reafirmou na última quinta-feira que considera difícil um acordo. Presente na audiência da conciliação do mês passado, ele disse considerar a posição da Atricon de intransigência, especialmente pela preocupação com os efeitos da lei nos outros Estados e até no Tribunal de Contas da União (TCU). Talles classificou como "totalmente inviável" a minuta apresentada pela entidade.

Além de Bruno, Talles e Saulo, participaram da audiência no Supremo o governador Ronaldo Caiado (UB) e o então presidente da Atricon, Cezar Miola, que agora foi sucedido por Edilson de Sousa Silva (**TCE-RO**).

A principal alegação da Atricon é de que os Estados devem seguir o modelo da União. O TCU envia relatórios de prestação de contas ao Congresso Nacional, mas sem apreciação por parte dos parlamentares. É o mesmo que ocorre atualmente também no **TCE-GO**, que já encaminha balanços trimestrais e anuais ao Legislativo.

O POPULAR buscou um posicionamento de Edilson

Silva e **Saulo Mesquita** sobre o andamento das conversas com a **Alego** e o final do prazo estabelecido por Mendonça, mas não houve resposta. Questionado sobre a possibilidade de a Atricon pedir ao Supremo o julgamento do mérito, diante da falta de consenso, Bruno Peixoto afirma não acreditar neste caminho porque "tudo está sendo dialogado".

Segundo o dirigente da **Alego**, há consenso sobre a "atuação fiscalizatória" da **Alego** e a respeito de prazos e acompanhamento das contas. Bruno já havia antecipado, desde a audiência no Supremo, a concordância em excluir do texto os trechos que tratam de penalidades contra o **TCE-GO** em caso de reprovação das contas ou ainda de atrasos na entrega de relatórios.

A ideia segue o que defendeu o procurador-geral da República, Paulo Gonet, em parecer na ADI. Ele considera que a **Alego** pode apreciar os balanços das contas do tribunal, conforme jurisprudência do próprio Supremo, mas que as sanções, multas e outros atos administrativos previstos na lei extrapolam as competências do Poder Legislativo.

Crise

Em dezembro, após a aprovação do projeto de lei, a Atricon e o **TCE-GO** divulgaram notas apontando retaliação política, tentativa de intimidação e interferência na autonomia do tribunal. O governador rebateu, afirmando que estavam sugerindo "picuinha institucional" que não existe e defendeu a lei, em petição ao Supremo.

Em 14 de dezembro, a maioria do **TCE-GO** (4 votos a 2) havia decidido pela ilegalidade e anulação dos chamamentos da Secretaria Estadual de Saúde para gestão em quatro hospitais (Hugo, Hemu, Herso e Heapá) por conta da participação de OSCs. Na mesma decisão, o tribunal recomendou que o governo estadual não assinasse termos de colaboração com esse tipo de entidade na área da saúde, sinalizando para posição contrária da maioria do tribunal ao contrato realizado entre o governo e a Fundação Pio XII, em dezembro de 2022, sem licitação nem chamamento, para construção e gestão por 12 anos do Complexo Oncológico de Referência (Cora).

Na semana passada, o **TCE-GO** julgou o pedido de reexame contra a decisão que anulou os chamamentos e o placar ficou 6 votos a 1 pela mudança de entendimento. Apenas o relator do processo anterior, **Edson Ferrari**, apresentou voto contrário.

O caso do Cora é apreciado em outro processo, que corre sob sigilo por determinação do relator -

Sebastião Tejeta -, e ainda não tem previsão de julgamento. Nos bastidores, a informação é de que governo e **TCE-GO** negociam uma saída - possivelmente um termo de ajustamento de conduta (TAC) - para considerar legal o contrato com a Pio XII.

Site: <https://opopular.com.br/politica/alego-revogara-lei-que-eleva-rigor-no-controle-sobre-tce-1.3115425>

Em parceria com o Bird, Governo do Estado capacita técnicos responsáveis por projetos do Progestão Piauí

O Governo do Piauí, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz), em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial - Bird), qualifica servidores de diversas secretarias e órgãos estaduais, visando elaborar e aperfeiçoar os projetos que serão executados com recursos do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado (Progestão Piauí).

Nesta segunda-feira (4), teve início o "Workshop Sobre o Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público - Progestão Piauí", que é ministrado pelo próprio banco financiador do programa, o Banco Mundial - Bird.

O curso segue até sexta-feira (8), na Escola de Gestão e Controle do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE), com a presença de 45 servidores dos órgãos que receberão financiamento do programa: Sefaz, Seplan, Sead, Sesapi, Seduc, Piauí Prev e Sasc. Também participam dos cursos servidores de outros órgãos e setores envolvidos na fiscalização, a exemplo do TCE, CGE e PGE.

Dentre os assuntos abordados durante o curso estão: as categorias e métodos de aquisições e elaboração de termo de referência e custo estimado. O curso é ministrado pelo Especialista Sênior em Aquisições do Banco Mundial - Bird, Danilo Pereira de Carvalho, e a consultora do Banco Mundial, Viviane Lantyer Araujo De Oliveira.

Progestão Piauí

O programa visa investir, durante cinco anos, recursos na ordem de US\$ 55 milhões (cerca de R\$ 284,9 milhões) para aprimorar a eficiência na gestão dos recursos públicos e na melhoria dos serviços ofertados pelo Estado aos cidadãos piauienses.

"É muito importante essa qualificação para que os projetos sejam executados de forma mais planejada e eficiente, e ainda com o aval e treinamento do próprio Banco Mundial. Com a implementação do programa e a qualificação desses servidores, o Estado poderá aprimorar a sustentabilidade fiscal no longo prazo, implementar reformas administrativas, melhorar a

gestão de ativos e racionalizar os gastos públicos, visando oferecer melhores serviços para a população", afirma o secretário da Fazenda, Emílio Júnior, que participou da abertura do treinamento.

Segundo o superintendente de Gestão da Sefaz e coordenador do Progestão, Cristovam Cruz, o Estado está prestes a assinar o contrato com o Banco Mundial. "O Piauí será o primeiro Estado a assinar o contrato com o Bird, objetivando investimentos na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população, por meio do Progestão. Dessa forma, é importante que nossos servidores sejam capacitados", comenta o gestor.

O Governo do Piauí, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz), em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial - Bird), qualifica servidores de diversas secretarias e órgãos estaduais, visando elaborar e aperfeiçoar os projetos que serão executados com recursos do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado (Progestão Piauí).

Nesta segunda-feira (4), teve início o "Workshop Sobre o Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público - Progestão Piauí", que é ministrado pelo próprio banco financiador do programa, o Banco Mundial - Bird.

O curso segue até sexta-feira (8), na Escola de Gestão e Controle do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE), com a presença de 45 servidores dos órgãos que receberão financiamento do programa: Sefaz, Seplan, Sead, Sesapi, Seduc, Piauí Prev e Sasc. Também participam dos cursos servidores de outros órgãos e setores envolvidos na fiscalização, a exemplo do TCE, CGE e PGE.

Dentre os assuntos abordados durante o curso estão: as categorias e métodos de aquisições e elaboração de termo de referência e custo estimado. O curso é ministrado pelo Especialista Sênior em Aquisições do Banco Mundial - Bird, Danilo Pereira de Carvalho, e a consultora do Banco Mundial, Viviane Lantyer Araujo De Oliveira.

Progestão Piauí

O programa visa investir, durante cinco anos, recursos na ordem de US\$ 55 milhões (cerca de R\$ 284,9 milhões) para aprimorar a eficiência na gestão dos recursos públicos e na melhoria dos serviços ofertados pelo Estado aos cidadãos piauienses.

"É muito importante essa qualificação para que os projetos sejam executados de forma mais planejada e eficiente, e ainda com o aval e treinamento do próprio Banco Mundial. Com a implementação do programa e a qualificação desses servidores, o Estado poderá aprimorar a sustentabilidade fiscal no longo prazo, implementar reformas administrativas, melhorar a gestão de ativos e racionalizar os gastos públicos, visando oferecer melhores serviços para a população", afirma o secretário da Fazenda, Emílio Júnior, que participou da abertura do treinamento.

Segundo o superintendente de Gestão da Sefaz e coordenador do Progestão, Cristovam Cruz, o Estado está prestes a assinar o contrato com o Banco Mundial. "O Piauí será o primeiro Estado a assinar o contrato com o Bird, objetivando investimentos na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população, por meio do Progestão. Dessa forma, é importante que nossos servidores sejam capacitados", comenta o gestor.

Site: <https://arenadenoticias.com.br/noticia/28119/em-parceria-com-o-bird-governo-do-estado-capacita-tecnicos-responsaveis-por-projetos-do-progestao-piaui>

Abertas inscrições para o 1º Fórum de Compras Públicas

As inscrições para o 1º Fórum de Compras Públicas podem ser feitas acessando o hot site do evento irbcontas.org.br/hotsites/i-forum-de-compras-publicas, que ocorre em **Goiânia**, no dia 2 de abril, das 8h às 18h, no auditório do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Na página, também há informações e atualizações sobre a programação, palestrantes e dicas de alimentação e hospedagem. O objetivo do encontro é capacitar servidores da região Centro-Oeste para as novidades da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

compras-publicas

Assessoria de Comunicação da AGM

Fonte: TCM GO

Site: <https://www.agm-go.org.br/abertas-inscricoes-para-o-1o-forum-de-compras-publicas/>

Essa é a primeira edição do Fórum, que, além do Centro-Oeste, contemplará as demais regiões do país disseminando as ações realizadas pelo controle externo quanto às compras públicas a partir da nova regulamentação; sensibilizar acerca da relevância do planejamento; debater os procedimentos de fiscalização a serem utilizados nas compras públicas, licitações e contratos diante das mudanças normativas; e formar uma base de conhecimento sobre o tema.

A programação contará com debates e palestras com membros e servidores do Tribunal de Contas da União (TCU) e TCs da região: **TCE-GO**, Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCMGO), do Distrito Federal (TC-DF) e dos estados do Mato Grosso (**TCE-MT**) e Mato Grosso do Sul (**TCE-MS**). O público-alvo são controladores internos e externos, servidores públicos das esferas estadual e municipal, profissionais, estudantes e sociedade civil.

O 1º Fórum de Compras Públicas é uma realização do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Estudo e Sistematização da Administração Pública (CTESAP), em parceria com o **TCE-GO** e o TCMGO, com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), TCU, TC-DF, **TCE-MT** e **TCE-MS**. Essa é a primeira edição do evento, que também contemplará as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil.

Inscrições: tcm.go.gov.br/sophos

Mais informações: irbcontas.org.br/hotsites/i-forum-de-

Ouvidoria Day: TCE celebra Dia do Ouvidor com evento sobre controle social e transparência

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN)** realiza, no próximo dia 15 de março, mais uma edição do Ouvidoria Day, evento que celebra a importância das ouvidorias como instrumento de controle social e sua contribuição para o fortalecimento da gestão pública. Essa edição terá como tema "As Ouvidorias Públicas e o Fomento ao Controle Social e à Transparência Pública". O evento é alusivo ao Dia Nacional do Ouvidor, comemorado anualmente no dia 16 de março.

O Ouvidoria Day será realizado em formato presencial, das 09h às 12h, do dia 15 de março, no auditório do **Tribunal de Contas do Estado**, com transmissão pelo YouTube (https://www.youtube.com/@TCERN_oficial). As inscrições estão abertas e podem ser realizadas a partir do seguinte link: <https://www.tce.rn.gov.br/EscolaContas/Inscricoes#gsc.tab=0> . A realização é da Ouvidoria em parceria com a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira.

O uso da Linguagem Simples será um dos temas abordados no evento, apresentado pela diretora de comunicação do Tribunal de Contas de **Goiás**, Heloísa Rodrigues de Lima. Ela abordará tópicos como os 12 princípios da comunicação pública, a Nota Recomendatória 04/2023 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), que recomenda a adoção da linguagem simples em todos os TCs, entre outros.

A coordenadora Técnica da Ouvidoria de Contas do **TCE-RN**, Ana Eleonora de Carvalho Freire, também apresentará uma palestra com o tema "A Ouvidoria Pública ouve ou escuta?", onde será discutido o papel das ouvidorias como instrumento de controle social.

O Ouvidoria Day é promovido pelo Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa (IRB). São realizados eventos para ressaltar o papel das ouvidorias em todos os tribunais de contas do País. Os dias 14 e 15 de março foram escolhidos pelos integrantes do Comitê como datas para realização do "Ouvidoria Day", que neste ano trabalhará as temáticas: Controle Social, Transparência Pública e Fomento às Ouvidorias nos

entes Jurisdicionados.

Site:

<http://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/4552>